

2014

EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 6 - N. 07
Novembro de 2014
ISSN: 2176 - 4883



DOSSIÊ

O Brasil que saiu das urnas

Rudá Ricci

Heloísa Dias Bezerra

Pedro Floriano Ribeiro

Sérgio Amadeu da Silveira

OPINIÃO

Gláucio Soares

Fernanda Cruz

RESENHA

Vinicius Ribas



Periódico Eletrônico do Grupo de Pesquisa
Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral
Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Presidente Antônio Carlos 6627
Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil - Tel (31) 34093823

GRUPO DE PESQUISA OPINIÃO PÚBLICA, MARKETING POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Em Debate

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política

Missão

Publicar artigos e ensaios que debatam a conjuntura política e temas das áreas de opinião pública, marketing político, comportamento eleitoral e partidos.

Coordenação:

Helcimara de Souza Telles – UFMG

Conselho Editorial

Antônio Lavareda – IPESPE
Aquilles Magide – UFPE
Arthur Leandro – Estácio de Sá
Bruno Dallari – UFPR
Cloves Luiz Pereira Oliveira – UFBA
Denise Paiva Ferreira – UFG
Érica Anita Baptista – UFMG
Gabriela Tarouco - UFPE
Gustavo Venturi Júnior – USP
Helcimara de Souza Telles – UFMG
Heloisa Dias Bezerra – UFG
Julian Borba – UFSC
Letícia Ruiz – Universidad de Salamanca
Luciana Fernandes Veiga – UFPR

Luiz Ademir de Oliveira – UFSJ
Luiz Cláudio Lourenço – UFBA
Malco Braga Camargos– PUC-MINAS
Mathieu Turgeon – UnB
Rubens de Toledo Júnior – UFBA
Paulo Victor Melo - UFMG
Pedro Floriano Ribeiro - UFSCar
Pedro Santos Mundim – UFG
Silvana Krause – UFRGS
Yan de Souza Carreirão – UFPR

Jornalista Responsável

Eduarda Amorim

Equipe Técnica:

André Abreu
Hanna Simões

Parceria

Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e
Econômicas – IPESPE
Luiz Ademir de Oliveira – UFSJ
Luiz Cláudio Lourenço – UFBA
Malco Braga Camargos– PUC-MINAS
Mathieu Turgeon – UnB
Rubens de Toledo Júnior – UFBA
Paulo Victor Melo - UFMG
Pedro Floriano Ribeiro - UFSCar
Pedro Santos Mundim – UFG
Silvana Krause – UFRGS

Endereço

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política – DCP
Av. Antônio Carlos, 6.627 - Belo Horizonte
Minas Gerais – Brasil –CEP:31.270-901
+ (55) 31 3409 3823
Email: revista.emdebate@yahoo.com.br
Facebook: Grupo Opinião Pública
Twitter: @OpPublica

As opiniões expressas nos artigos são de
inteira responsabilidade dos autores.

EM DEBATE

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política
Ano VI, Número VII, Novembro 2014

SUMÁRIO

Editorial	5-7
Dossiê: O Brasil que saiu das urnas	
• Que Brasil Saiu das Ruas?	8-16
Rudá G. M. Salerno Ricci	
• “Síndrome do Veto Útil”: Esboço de uma Hipótese sobre as Vontades Políticas que Capturaram o Eleitor em 2014	17-21
Heloisa Dias Bezerra	
• A Nova Dilma e o Velho PT: Discutindo a Relação	22-27
Pedro Floriano Ribeiro	
• O Embate das Redes	28-34
Sérgio Amadeu da Silveira	
Opinião	
• Suicídio e Homicídio – Tendências históricas na frequência de seu uso em livros em inglês e francês	35-39
Gláucio Ary Dillon Soares e Fernanda Novaes Cruz	

Resenha

- **O Legislativo Brasileiro: Funcionamento,
Composição e Opinião Pública** 40-45
Vinícius de Lara Ribas

Colaboradores desta edição 46-47

EDITORIAL

O Brasil que saiu das urnas

Concluído o período eleitoral, é hora de discutir os resultados das eleições de 2014. A edição de novembro do Periódico Em Debate traz como tema o questionamento “O Brasil saiu das urnas?”, propondo uma discussão sobre as expectativas para o novo mandato de Dilma Rousseff e os próximos quatro anos de governo, as vontades políticas que foram manifestadas através do voto e perspectivas para o futuro do País.

Rudá Ricci, diretor geral do Instituto Cultiva e professor do curso de mestrado da Escola Superior Dom Helder Câmara, em “Que Brasil saiu das urnas?”, discute a constatação de que após as eleições de 2014, tem-se um país mais dividido, fato facilmente identificável pelo recorte geográfico e econômico da votação. Tal divisão se dá também entre a ética do trabalho - *self-made man*- e o Estado Providência. O autor destaca o surgimento de uma militância engajada nas duas candidaturas dos dois turnos e a formação de uma terceira via nas eleições.

Heloísa Dias Bezerra, professora e pesquisadora da Universidade Federal de Goiás, discute em seu artigo “Síndrome do veto útil: esboço de uma hipótese sobre as vontades políticas que capturaram o eleitor em 2014” sobre a possível “síndrome do veto útil”, termo usado para nomear um esboço de hipótese sobre a atitude do eleitor no segundo turno. Segundo esta hipótese, tem-se uma situação de veto a um arquétipo político encarnado por uma candidatura ou partido. A autora destaca que, ao se alinhar a Dilma ou a Aécio, os eleitores teriam manifestado uma condição política de veto ao outro.

Pedro Floriano Ribeiro, professor em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, analisa no artigo “A nova Dilma e o velho PT: discutindo a relação” as possíveis estratégias a serem tomadas pela recém reeleita presidente Dilma Rousseff frente ao cenário adverso de fragmentação partidária, revigoração da oposição, estagnação eleitoral do PT, dificuldades na economia e outros desgastes acumulados pelo último governo. O autor aponta três caminhos a serem seguidos pela Presidente: distanciar-se do PT e de seu padrinho político (Lula), construir um ministério de compromisso e resolver as propostas de plebiscito e reforma política, estratégia ecoada pelas manifestações de 2013.

Sérgio Amadeu, professor adjunto da Universidade Federal do ABC, analisa em “O embate nas redes” o debate político ocorrido nas redes sociais durante as eleições de 2014. Além disso, busca afirmar a atualidade da polarização esquerda e direita e analisar a política do escândalo, a ascensão e queda da terceira via -representada inicialmente por Eduardo Campos e, após sua morte, por Marina Silva-, as sub-redes e articulações vinculados às candidaturas do PT e do PSDB, o papel das redes perante as denúncias da revista *Veja*.

Na seção Opinião, Gláucio Soares, pesquisador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Fernanda Novaes Cruz, mestranda da mesma instituição, analisam em “Suicídio e homicídio – tendências históricas na frequência de seu uso em livros em inglês e francês” como as palavras “suicídio” e “homicídio” aparecem ao longo da série temporal de 1880 a 2008 em francês e inglês. Os autores realizam a análise utilizando um projeto desenvolvido pela Google, *Google Books*, que se propôs a digitalizar e disponibilizar 130 milhões de livros.

Na seção Resenha, Vinicius de Lara Ribas, mestrando em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresenta uma análise da obra “O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública”, organizada por Rachel Meneguello. No livro reúnem-se análises sobre o parlamento brasileiro em três eixos: a percepção e opinião pública em relação ao legislativo, a construção de carreiras políticas dos legisladores brasileiros e o funcionamento das Casas nos três âmbitos da federação brasileira.

QUE BRASIL SAIU DAS RUAS?

Rudá Ricci

Diretor Geral do Instituto Cultiva

✉ ruda@inet.com.br

Resumo: O artigo discute o resultado das Eleições de 2014 e a divisão ocorrida no país decorrente da disputa eleitoral. A tese aqui sugerida é que tem-se um país dividido após as disputas presidenciais entre a ética do trabalho e o Estado Providência. De um lado, os que creem no padrão de ascensão social definido pelo esforço pessoal, sintetizado na expressão inglesa do "self-made man". De outro, aqueles que entendem o papel do Estado como algo a garantir serviços públicos e proteção à população. Desta divergência surgiu uma nova militância que se expressou, inicialmente, nas redes e, no segundo turno, nas ruas. Em um segundo momento é analisado a conciliação de interesses, marca da plataforma lulista, após tal divisão.

Palavras-chave: Eleições 2014; ética do trabalho; Estado Providência; país dividido.

Abstract: The article discusses the results of the 2014 elections and the division occurred in the country due to the election. The thesis suggested herein is that the country has become a divided country after the presidential disputes between the work ethic and the welfare state. On one hand, those who believe in social mobility pattern defined by personal effort, synthesized in the English expression "self-made man." On the other, those who understand the role of the state as something to ensure public services and protection to the population. This divergence has emerged a new militancy, which was expressed initially in networks and, in the second round, on the streets. In a second moment, reconciling interests, mark of Lula platform, are analyzed after such a division.

Keywords: Elections 2014; work ethic; Welfare State; divided country.

1. Um país dividido

Primeiro, a constatação: o Brasil que saiu das ruas é um país dividido ideologicamente e, em grande medida, dividido em termos de opção partidária. Não por inteiro, mas é facilmente identificável o recorte geográfico e, em seguida, econômico.

Do ponto de vista ideológico, o Brasil dividido é demarcado pela atuação do Partido dos Trabalhadores (PT). Ninguém da oposição conseguiu galvanizar efetivamente o país. Tanto que os candidatos de oposição nesta

eleição alternaram de lugar ao longo da eleição. E não foi uma alternância cuja distância fosse pequena. Ao contrário, candidatos do PSDB e PSB (Eduardo Campos ou Marina Silva) estiveram próximos e muito distantes durante vários momentos da jornada eleitoral de 2014. Na ponta, Dilma Rousseff se manteve quase todo o tempo entre 35% e 40% das intenções de voto. O eleitorado oposicionista não tinha uma declarada propensão a cravar seu voto em um partido ou liderança. Aliás, 30% do eleitorado, durante três meses de campanha, se diziam indecisos ou propensos a votar em branco ou anular o voto. Ao final, chegamos a 27% do total do eleitorado nesta situação. Neste ponto, parecem existir poucas dúvidas que foi o PT o ponto de referência para o eleitor, não as oposições. A tese que sugiro – e que explorarei mais adiante – é que o Brasil se dividiu entre a ética do trabalho e o Estado Providência. Mas, também, em função de certa compreensão do papel do partido na condução de políticas públicas e seus vínculos com organizações sociais. Finalmente, uma rejeição crescente de setores médios da sociedade na identificação desses vínculos políticos com casos de corrupção, ou seja, como abastecimento financeiro de uma orquestrada base social e política dos governos lulistas.

O fato é que esta rejeição alimentou a emergência – ainda desarticulada nacionalmente, mas cujo polo irradiador foi o estado de São Paulo – de um discurso e mobilizações políticas nitidamente de direita, algo inusitado em nosso país desde o fim do regime militar.

O recorte geográfico se justapõe ao recorte dos benefícios econômicos oriundos das políticas de transferência de renda e fomento ao desenvolvimento do governo federal.

Começamos compreendendo a polarização entre o voto paulista e o voto nordestino. A tabela abaixo indica a divisão do eleitorado entre os dois candidatos, por estado, no segundo turno das eleições presidenciais:

Tabela 1 - Divisão por estado do eleitorado no 2º turno

ESTADO	DILMA (%)	AÉCIO (%)
REGIÃO NORTE		
Acre	36,3	63,6
Amazonas	65,0	35,0
Roraima	41,1	58,9
Rondônia	45,1	54,8
Pará	57,4	42,5
Amapá	61,4	38,5
Tocantins	59,4	40,5
REGIÃO NORDESTE		
Maranhão	78,7	21,2
Piauí	78,3	21,7
Ceará	76,7	23,2
Rio Grande do Norte	69,9	30,0
Paraíba	64,2	35,7
Pernambuco	70,2	29,8
Alagoas	62,1	37,8
Sergipe	67,0	32,9
Bahia	70,1	29,8
REGIÃO CENTRO-OESTE		
Mato Grosso	45,3	54,7
Mato Grosso do Sul	43,6	56,3
Goiás	42,8	57,1
REGIÃO SUDESTE		
Minas Gerais	52,4	47,5
São Paulo	35,6	64,3
Espírito Santo	46,1	53,8
Rio de Janeiro	54,9	45,0
REGIÃO SUL		
Paraná	39,0	60,9
Santa Catarina	35,4	64,5
Rio Grande do Sul	46,4	53,5

Fonte: TSE

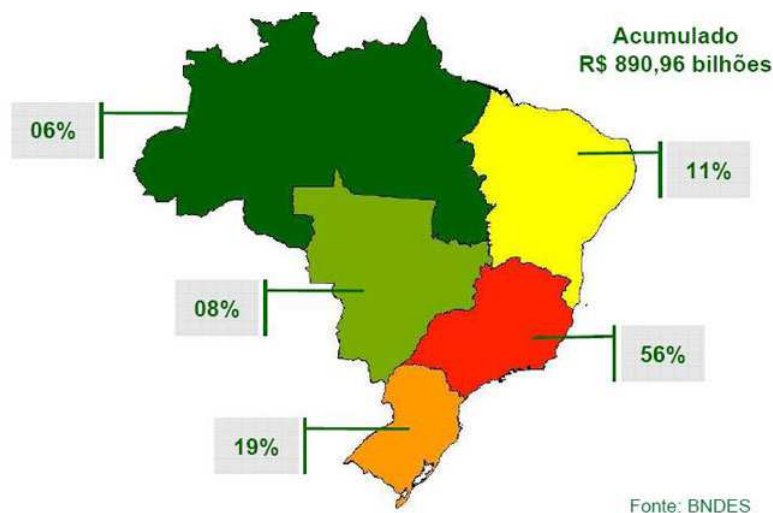
No que tange ao percentual de voto recebido por Aécio Neves – o candidato oposicionista – somente Santa Catarina e São Paulo atingiram o patamar de 64% dos votos. O Acre deu 63,6% dos seus votos ao senador mineiro. A média dos estados do sul (com exceção de Santa Catarina) e dos estados do centro-oeste foi de 56,5%. Trata-se de uma importante média de votos oposicionistas, mas muito abaixo do verificado em Santa Catarina e São Paulo. Pelo peso eleitoral de São Paulo (primeiro colégio eleitoral do país),

este estado foi responsável pela performance do candidato tucano, tanto no primeiro quanto no segundo turno das eleições.

Na outra ponta, os estados do nordeste do país. Dilma Rousseff obteve entre 62,1% (Alagoas) e 78,7% (Maranhão) dos votos nesta região. A média foi 70,8% dos votos nordestinos para a candidata petista. A polarização é muito nítida. O eleitor de 2014 seguiu seus interesses econômicos. Os benefícios oriundos do Programa Bolsa Família e desembolsos do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) constituem a bússola que orientou o voto.

Começamos seguindo o mapa de desembolsos do BNDES, durante o período 2000-2012:

Gráfico 1 - Mapa de desembolsos do BNDES de 2000 a 2012



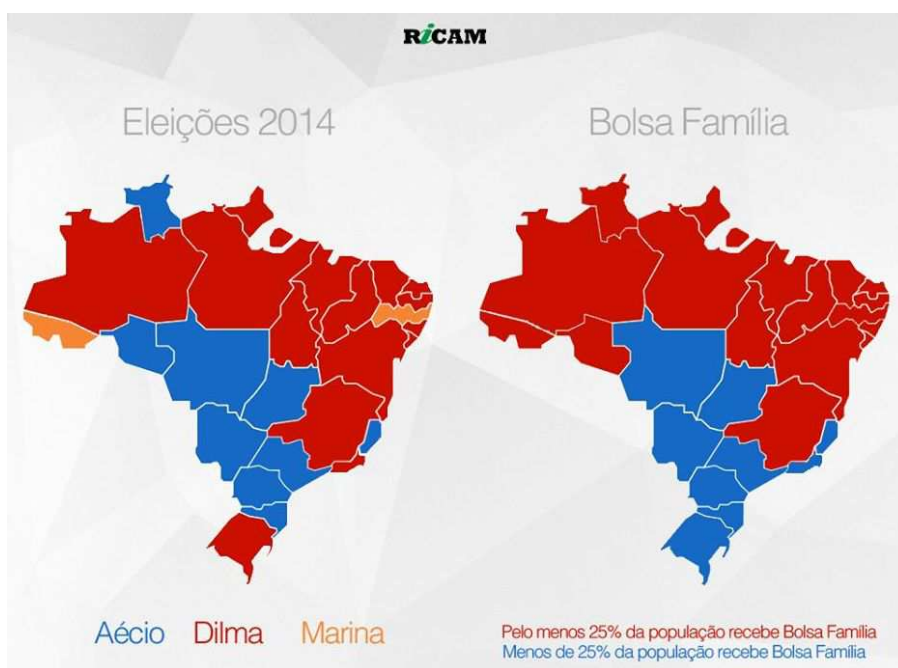
O mapa indica que 75% dos desembolsos do banco de fomento brasileiro foram carregados para as regiões Sudeste e Sul do país. A região nordeste foi contemplada com 11% dos desembolsos. Há, contudo, uma situação não revelada por este mapa, que são as mudanças na partilha dos recursos por região.

Em 2009, no final da gestão Lula, o Nordeste contou com 16% de participação no total desembolsado pelo BNDES entre janeiro e novembro de

2009. Os recursos liberados para aquela região somaram R\$ 19,1 bilhões, com aumento de 185%. Para a Região Norte, os financiamentos foram de R\$ 9 bilhões, uma expansão de 122%. Entre 2003 e 2010, os desembolsos do BNDES para Norte e Nordeste cresceram 657%, tendo o PSI¹ e o Cartão BNDES como instrumentos mais importantes.

No caso do Programa Bolsa Família, a sobreposição com o mapa do voto de 2014 é mais evidente. O mapa abaixo, elaborado pelo consultor econômico Ricardo Amorim, indica a nítida coincidência no que tange o voto do eleitor no primeiro turno desta eleição:

Gráfico 2 – Mapa de correlação entre o resultado do 1º turno e os estados atendidos pelo Programa Bolsa Família



Fonte: Ricardo Amorim

A ética do trabalho e o Estado Providência

O país se dividiu entre a ética do trabalho e o Estado Providência.

De um lado, os que creem no padrão de ascensão social definido pelo esforço pessoal, sintetizado na expressão inglesa do "*self-made man*". Crença

¹ PSI - Programa BNDES de Sustentação do Investimento

liberal que dialoga com a noção de competências e esforços individuais que garantem a empregabilidade, formando um circuito mental e ideológico disseminado ao longo da década de 1990. Numa sociedade marcada pela cultura estamental como é a brasileira, o Estado justo seria o que protege, mas que não intervém na ordem natural do engajamento individual, numa projeção a-histórica e abstrata do reino da meritocracia. Em outras palavras, nesta crença e discurso evaporam a exploração e dominação que marcam a história brasileira e que subtraíram das populações tradicionais e/ou historicamente marginalizadas das benesses dos centros de poder sua condição básica de autogoverno e autodeterminação. Segmentos populacionais descendentes de escravos, populações indígenas, populações de regiões de fronteira ou distantes dos grandes centros comerciais, territórios historicamente definidas como de exploração de matérias primas processadas em terras distantes, segmentos sociais marginalizados pelos centros de poder, enfim, a história começa nesta crença ultraliberal individualista como iniciada hoje, como se o passado fosse uma tábula rasa.

De outro lado, surgem os que se acostumaram à situação de pária e somente na última década perceberam que o mundo da política continua sendo das elites, mas pode gerar condições de inserção no mundo do consumo médio. A inclusão pelo consumo alterou a percepção do papel da política e do voto para amplas camadas sociais subalternas econômica e politicamente. Este é o desenho que o livro “Vozes do Bolsa Família”, de Walquíria Leão Rego e Alessandro Pinzani (Editora Vozes, 2014) revela sobre as mulheres beneficiárias do principal programa de transferência de renda do programa lulista.

Duas visões de mundo opostas no que tange ao posicionamento sobre o papel do Estado.

Desta divergência brotou uma militância renovada que explodiu nas redes sociais e, no segundo turno, saiu às ruas em várias localidades.

Uma militância renovada – mas já conhecida – do PT e apoiadores (na esquerda se denominava de “área de influência”), aguerridos e muito intolerantes às adversidades.

Mas, de outro lado, surgiu uma militância nova, que se postou ao redor da candidatura tucana. Apareceram nas redes sociais e nas ruas – em menor número que a petista, mas, mesmo assim, tão irritadiça e barulhenta quanto – formada, em sua maioria, por jovens de classe média.

Depois de junho de 2013, enfim, parte da juventude brasileira se engajou politicamente. Os mais envolvidos com os protestos de junho continuaram procurando uma terceira via. Nas redes sociais, parte festejou e até se alinhou com a chegada de Marina Silva. Parte se aproximou da candidatura Luciana Genro. Mas uma parte não tão organizada ou posicionada na jornada junina se encaminhou para se opor à continuidade dos governos petistas, fincou pé na crítica à corrupção e aparelhamento do Estado pelo PT e, no confronto que se sucedeu no final do primeiro turno e todo segundo turno das eleições presidenciais, se posicionou contra o que muitos denominaram de “bolivarianismo” petista. Há registros desta nova militância nas redes sociais, como a caminhada das mulheres em prol do candidato do PSDB em Recife no dia 22 de outubro (uma semana antes do pleito) e atos programados na mesma cidade como o evento “Vem para a Rua”, marcado para as 18h no Marco Zero, que no Facebook contou com 10 mil confirmações de presença. Não foi somente em Recife. A mobilização social pró-Aécio nessa semana registrou 235 mil convidados e 14 mil confirmações. Os atos programados previram concentrações em São Paulo, no Largo da Batata; Brasília, na Esplanada dos Ministérios; Rio de Janeiro, na praia de Copacabana; Recife, no Marco Zero; Belo Horizonte, na Praça da Estação; Teresina, na Av. Dom Severino com Homero Castelo Branco; Fortaleza, no Espigão Beira-Mar e Ribeirão Preto, na Praça Fiúsa.

A conciliação de interesses lulista a partir da nova divisão

Num clima beligerante como o que se observou no final desta campanha, a conciliação de interesses, marca da plataforma lulista, passou a ter um campo menor de realização. Não se trata mais de uma oposição institucionalizada, de fácil identificação no parlamento. No final da eleição de 2014, a oposição ganhava rostos na sociedade: entre setores empresariais, do agronegócio, entre amplo segmento da classe média, em especial os novos militantes jovens de classe média.

A conciliação de interesses enfrenta, ainda, o conflito eleitoral com parte significativa de um de seus mais importantes aliados dos últimos anos: o PMDB, em especial sua porção nordestina e sulina. Lembremos que a força parlamentar do PMDB está no nordeste e norte do país, onde despontam nomes como os de Renan Calheiros (PMDB-AL), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), Sarney e Edson Lobão (PMDB-MA), Eduardo Braga (PMDB-AM), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Romero Jucá (RR).

Finalmente, ainda no campo partidário, mas não menos importante, uma terceira via começa a se formar, ainda que timidamente. Inicialmente capitaneada pela candidatura de Marina Silva em 2010 e 2014, se insinua entre candidaturas consideradas menos expressivas eleitoralmente, mas que disputam o interesse da juventude nas redes sociais (este ano, as candidaturas de Eduardo Jorge e Luciana Genro se encaixam neste perfil). O PSOL avança sobre o eleitorado petista no Rio de Janeiro.

Enfim, o mapa de polarização PT-PSDB não está mais estável. E a plataforma lulista se ressentida desta multiplicidade de atores políticos e da radicalização dos confrontos programáticos e – ainda que não muito nítido para os próprios novos atores – ideológicos.

Referências

REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família*. Autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

“SÍNDROME DO VETO ÚTIL”: ESBOÇO DE UMA HIPÓTESE SOBRE AS VONTADES POLÍTICAS QUE CAPTURARAM O ELEITOR EM 2014

Heloisa Dias Bezerra

Professora na Universidade Federal de Goiás

✉ diasbezerra.h@gmail.com

Resumo: *Com o objetivo de refletir sobre o resultado das eleições presidenciais de 2014 e sobre as vontades políticas dos eleitores, neste ensaio proponho especular sobre a “síndrome do veto útil”, termo usado para nomear um esboço de hipótese sobre a atitude do eleitor no segundo turno, que, ao se alinhar a Dilma ou a Aécio, teriam manifestando uma condição política de veto ao outro/inimigo.*

Palavras-chave: *síndrome do veto útil, eleições 2014, maniqueísmo midiático, atitude eleitoral*

Abstract: *In order to reflect on the outcome of the presidential elections of 2014 and on the political will of the voters, this essay proposes to speculate on the "useful veto syndrome," a term used to name the sketch of a hypothesis regarding the attitude of voters who, by aligning themselves with Dilma or Aécio in the second round, may have demonstrated a political condition of veto towards the other candidate/enemy.*

Keywords: *the useful veto syndrome, 2014 elections, media Manichaeism, electoral attitude*

O brasileiro vota de qualquer maneira? Esta pergunta costuma ressurgir nos anos de embate eleitoral, quase sempre como uma pergunta retórica, notadamente pela boca asséptica da grande mídia nacional (BEZERRA, 2007). Em 2014 não foi diferente e o eleitor brasileiro seguiu carimbado pela etiqueta do “vota por votar”, ainda que, desde o período pré-eleitoral, já se desenhasse o embate entre PT e PSDB, que pela sexta vez consecutiva lutaram bravamente pelo cetro presidencial.

Ora, se isto é verdade, podemos dizer que nunca na história desse país essa certeza duvidosa foi tão posta em xeque, pois, se levarmos em consideração a intensa movimentação de militantes e simpatizantes via web e nos comícios tradicionais, além do engajamento nas bocas de urna física e principalmente virtual, os eleitores foram às urnas com propósitos pré-alinha(va)dos em torno da possibilidade única de impedir a concretização de algo que não desejavam para si e/ou para o país. A este fenômeno estou chamando de “**síndrome do veto útil**”, uma hipótese sobre uma situação de veto a um arquétipo político encarnado por uma candidatura ou partido.

Na história dos estudos eleitorais (FIGUEIREDO, 1991), nós conhecemos bem a teoria do “voto útil”. Esta teoria explica a situação em que o eleitor opta por não votar no candidato da sua preferência para apostar em outro com mais chances de derrotar o candidato de sua não preferência, ou seja, opta por maximizar a utilidade do seu voto em uma eleição com pelo menos três possibilidades de descarregar o seu voto. O voto útil poderia até explicar o resultado do primeiro turno, com limitações. Mas e o segundo turno, que contou efetivamente com um eleitorado apaixonado, que mobilizou as redes sociais e as ruas e se manteve de prontidão na primeira semana após a apuração dos resultados?

Partindo dessas e de outras indagações, comecei a especular sobre o que batizei de “**síndrome do veto útil**”, um esboço de hipótese sobre a atitude do eleitorado no segundo turno, que, ao se alinhar à candidatura Dilma ou à candidatura Aécio, teria manifestado uma condição política de veto ao outro, o arquétipo do inimigo. Um fenômeno de caráter multicausal, com manifestações típicas de uma condição política episódica, geradora de uma atitude política de matiz variada, mas com uma face bem definida que consistiu no veto ao outro/inimigo.

A atitude de vetar o outro/inimigo vai além do não voto em A e do voto em B, conforme supõe o voto útil, mas inclui impedir o voto em C por meio de uma movimentação de fundo racional, que gera uma movimentação agregadora em relação a uma candidatura. E, ao mesmo tempo, gera um deslocamento da militância individual à ação coletiva em torno de temas que vão se sobrepondo, visando à desconstrução da candidatura que se conforma como um arquétipo do inimigo a ser derrotado e que representa o que não se deseja para si e/ou para o país.

A “**síndrome do veto útil**” tem componentes retrospectivos (informações e/ou pré-concepções relativas ao candidato e/ou seu grupo político) e prospectivos (informações e/ou expectativas relativas ao candidato e/ou seu grupo político). Impedir o outro/inimigo não se reduz a votar, requer um comportamento político não passivo e racional do que representa a vitória do outro/inimigo, o que pode ter raiz egoísta e/ou altruísta. O candidato que se elege como preferencial não é apenas aquele que incorpora características positivas para a sua escolha, mas é aquele que incorpora características que negam a existência do outro, que propiciam, ao menos discursivamente, a eliminação/morte do outro/inimigo. A “**síndrome do veto útil**” supõe a cristalização de arquétipos políticos que orientam a uma atitude de veto cuja utilidade é maximizada pelo movimento de agregação/contágio intencional ou não de outros eleitores.

Lembremos que a morte do candidato Eduardo Campos e a cobertura midiática recebida fez tremerem as bases de toda a campanha eleitoral, que vinha mornamente se arrastando, mas que já trazia como perspectiva o embate que acabou ocorrendo entre PT e PSDB. Quando Marina Silva foi alçada à cabeça de chapa do PSB, o discurso que começou a ser desenhado era o de que havia um eleitor disposto a abrir mão das suas preferências políticas ou da falta delas para apoiar a candidatura de Marina,

que passou a encarnar o que seria o desejo não apenas de mudar o grupo/projeto político que estava no poder a quase 12 anos, mas iniciou a construção de um discurso de eliminação do outro/inimigo/PT.

As eleições presidenciais no Brasil não podem ser olhadas de modo trivial. Em 2014, a batalha eleitoral conseguiu mobilizar mais de 112 milhões de eleitores, que tomaram a decisão de emitir a sua opinião política ao invés de pagar a pequena multa de R\$ 3,51 por turno eleitoral! Mesmo considerando os índices de abstenção, votos nulos e brancos, não dá para afirmar que a maioria do eleitorado vota de qualquer maneira. Suspender o juízo, neste caso, parece uma boa medida, o que não necessariamente ocorre com todos os atores envolvidos no processo. Nesta eleição, em pleno estado de torpor discursivo, tomados de espanto e amargura, o beijo da grande mídia nacional foi ao chão diante do resultado das urnas, que deu à Dilma Rousseff mais quatro anos de vida de rainha presidencial. Imediatamente as vontades políticas manifestadas nas urnas passaram a ser (des)classificadas de acordo com a linhagem seguida.

O voto em Dilma Rousseff foi (des)classificado como ignorante, acomodado, atrelado, submisso, um voto pequeno, simplório, de baixo valor para o Brasil. Já o voto em Aécio Neves classificado como independente, bem intencionado, visionário, maduro, um voto robusto, qualificado, de grande valor para o Brasil. Quem votou em Dilma, na avaliação de parte considerável da grande mídia nacional, votou de qualquer maneira, por votar, no máximo fez um cálculo egoísta em torno de privilégios individuais. Quem votou em Aécio, ao contrário, o fez de maneira consciente, com a certeza de que precisada dar a sua contribuição para o país, o cálculo foi altruísta, pelo bem da coletividade.

O maniqueísmo midiático não conseguiu compreender que o eleitor brasileiro, em 2014, foi tomado pela “**síndrome do veto útil**”. O arquétipo

HELOÍSA DIAS BEZERRA
“SÍNDROME DO VETO ÚTIL”: ESBOÇO DE UMA HIPÓTESE SOBRE AS VONTADES
POLÍTICAS QUE CAPTURARAM O ELEITOR EM 2014

político encarnado por Aécio Neves foi vetado por uma pequena maioria se comparado ao coletivo que vetou o arquétipo encarnado por Dilma Rousseff, o qual carregava um conjunto de informações negativas, especialmente aquelas relacionadas à corrupção e estagnação da economia.

Esta hipótese sobre uma “**síndrome do veto útil**” ainda está no plano da especulação acerca de um fenômeno observado e descrito a partir de suposições e premissas. A minha expectativa é que possa sobreviver ao teste dos fatos, à crueza da empiria que pouco cede aos apelos da nossa passionalidade científica.

Referências

- BEZERRA, Heloisa Dias. *Mídia e política: amigos ou inimigos... eis a questão*. Goiânia: Editora PUC-GO, 2007.
- FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto*. São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS, 1991.

A NOVA DILMA E O VELHO PT: DISCUTINDO A RELAÇÃO

Pedro Floriano Ribeiro
Universidade Federal de São Carlos
✉ pfribeiro@ufscar.br

Resumo: O segundo governo Dilma se inicia com uma sensação de cansaço que é típica de períodos finais de mandato. Frente ao cenário adverso, a presidente parece apostar em três estratégias: distanciar-se do PT e de seu padrinho político, construir um ministério de compromisso, e revolver as propostas de plebiscito e reforma política. Na luta pelo controle do processo sucessório de 2018, o PT pode tanto ajudar como prejudicar a presidente reeleita. Se a avidez por permanecer instalado nos gabinetes acarpetados de Brasília falar mais alto, levando o partido a minar um governo que ainda pode chamar de seu, estará dando um tiro no próprio pé, ao fazer metade do trabalho que caberia à oposição.

Palavras-chave: Dilma Rousseff; PT; governo Dilma; reforma política

Abstract: The second government of Dilma starts with a feeling of tiredness that is typical of the final period in office. Against the adverse scenario, the president seems to bet on three strategies: to distance itself from the PT and its political godfather, build a ministry of commitment, and revolve the proposals for a referendum and political reform. In the struggle to control the succession process of 2018, the PT can either help or hinder the re-elected president. If the greed to remain installed in carpeted offices of Brasilia speak up, leading the party to undermine a government that can still be called their own, the party will be shooting itself in the foot by doing half of the opposition's work.

Keywords: Dilma Rousseff; PT; Dilma government; political reform

O segundo governo Dilma Rousseff se inicia com uma estranha sensação de desgaste e cansaço que é típica apenas em períodos finais de mandato. A inevitável fadiga de material após três gestões petistas; o revigoramento da oposição, com o PSDB descobrindo que há vida política distante da Avenida Paulista; a estagnação eleitoral do PT, apenas mascarada pela vitória na disputa presidencial; os percalços e armadilhas na economia; e os casos de corrupção na Petrobrás ajudam a compor um cenário muito difícil para a Presidente reeleita. Além disso, a Câmara dos Deputados baterá todos

os recordes de fragmentação, o que esticará a corda de nosso presidencialismo de coalizão, exigindo do executivo flexibilidade e habilidade de negociação que faltaram no último quadriênio. Parceiro preferencial, o PMDB promete criar muitas dificuldades nas disputas pelo comando das duas casas legislativas, principalmente por parte de algumas alas que, compostas por raposas que sentem o odor mesmo mais distante de fim de ciclo, já começam a abanar o rabo para a oposição. Bancadas religiosas e “da bala”, que já davam as cartas em muitas das Assembleias Estaduais (como São Paulo), terão um peso maior no Congresso. Figuras conservadoras mais caricatas e histriônicas tumultuarão a discussão de temas relacionados às “questões morais”. Apenas farão, dessa forma, o jogo mais sujo e visível do conservadorismo “do bem” arraigado na sociedade brasileira. Da responsabilidade social das empresas, passando pela CNBB, pelo “onguismo” e pelo “empreendedorismo social”: todos com consciência social, desde que o aborto continue sendo crime e a homofobia não. Vestidas de modernas nas redes sociais, as classes médias ilustradas poderão continuar tratando os Felicianos como excrescências, sem qualquer risco de perder o emprego no banco com responsabilidade social ou ter que deixar de visitar o padre nosso de cada domingo.

Já o PT aponta no horizonte a estratégia de “disputar os rumos do governo”, com porta-vozes de grupos internos deixando mais ou menos explícito em suas declarações que essa gestão “não nos representa”. Animados após o duelo final contra Aécio Neves, vestiram o véu um tanto puído da ingenuidade para se mostrarem surpresos com as primeiras indicações ministeriais. Não está muito claro se esses líderes e militantes que não se sentem representados deixarão seus cargos em protesto pelos rumos do segundo mandato; mas, de qualquer forma, veem em Lula a salvação para voltar aos bons tempos após 2018.

Frente ao cenário adverso, a Presidente aposta em três estratégias. Talvez a mais importante seja seu distanciamento em relação ao PT,

escancarado quando afirmou em entrevista que preside o país, e não o partido. Se o caminho já fora adotado antes por Lula em determinadas ocasiões, a lógica dilmista também tem implicado em um distanciamento em relação a seu próprio padrinho político. As escaramuças entre personagens lulistas e dilmistas foram evidentes ao longo da última campanha. Desde então elas se acentuaram, valendo até alguns acertos de contas contra os porta-vozes de um “volta Lula” mais que extemporâneo, levantado já com a campanha da reeleição em marcha. Esse movimento de Dilma vale, num primeiro momento, a busca por maior autonomia para imprimir seu estilo à nova gestão. Mais próximo a 2018, no entanto, poderá ser a chave para manter o mínimo de governabilidade em meio às agitações de seu próprio partido que, a seguir nessa toada, podem derivar para ataques e críticas abertas aos métodos e resultados dos oito anos de Dilma. Em jogo, a disputa pelo controle do processo sucessório de 2018, do qual nem Dilma nem o PT querem se ver alijados. As expectativas de que nenhum dos grandes partidos (de governo e oposição) sairá ileso das investigações sobre o esquema de corrupção na Petrobrás também estimulam a Presidente a construir essa raia de segurança.

A formação de um ministério de compromisso desponta como segunda estratégia. Se até o PT lhe é hostil, Dilma se vê justificada a rever o espaço desproporcional ocupado pelo partido na Esplanada. Com isso, poderá dividir o maná sagrado dos cargos de confiança de modo mais equitativo, agradando ao PMDB e a uma miríade de partidos que estão sendo convidados a compor o governo. A fragmentação exacerbada, se por um lado impele a mais negociações e concessões, por outro amplia o leque de coalizões possíveis. Apenas PT e PMDB são insubstituíveis; no restante, as peças se mostram intercambiáveis.

Os compromissos não são apenas com as forças no Congresso, mas também com setores específicos da sociedade. Não que tais composições não tenham sido feitas antes; mas o esforço parece maior nesse início de segundo

mandato, e os atores em jogo mais identificáveis. Armando Monteiro, ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria, terá todo o Ministério do Desenvolvimento como antessala de alguns dos lobbies mais poderosos do país. A indicação da presidente da Confederação Nacional da Agricultura, senadora Kátia Abreu, para o Ministério da Agricultura (ainda não oficializada quando do fechamento deste texto), tem forte simbolismo em relação às intenções do governo para a área e no tocante ao relacionamento pretendido com o setor do grande agronegócio. A indicação, insinuada desde antes do início da campanha, gerou muitos ruídos entre algumas alas do PT e de simpatizantes do partido. Um alienígena recém-chegado ao nosso planeta ficaria com a impressão de que os ministros anteriores de Lula-Dilma - como Wagner Rossi, Roberto Rodrigues etc. - tinham um perfil muito distinto, e que fizeram algo além do que transformar a pasta em *bunker* do agronegócio.

A nova equipe econômica - Joaquim Levy na Fazenda, Nelson Barbosa no Planejamento, e Alexandre Tombini no Banco Central -, tem o perfil ideal para “agradar” ao mercado, e logo de saída sinalizou para ajustes fiscais e combate mais rígido à inflação, mantras para os ouvidos dos investidores. Assim como na Agricultura, os nomes causaram certo furor entre os adversários de Dilma dentro do PT. Não me consta, no entanto, que a gestão da economia desde 2003 tenha sido bolivariana. Com variações de graus e intensidade pra lá e pra cá, a condução macroeconômica manteve as linhas gerais herdadas do período tucano, como o tripé formado pelas metas de inflação, superávit fiscal e câmbio flutuante. As privatizações foram parcialmente freadas e o Estado recuperou parte da capacidade perdida; mas os bilhões da dívida continuaram sendo pagos, os contratos não foram rasgados etc. Liberalismo desenvolvimentista, neodesenvolvimentismo ou o rótulo que preferirmos não esconde o fato de que os manuais econômicos sagrados continuaram os mesmos. Nesse sentido, a nova santíssima trindade de Dilma é apenas a consubstanciação invertida de Henrique Meirelles,

Messias apontado por Lula para comandar o Banco Central e acalmar os mercados em 2002-2003.

A terceira estratégia adotada por Dilma ainda ecoa as manifestações de 2013. Pesquisas realizadas durante e após os protestos foram quase unânimes em apontar os desejos de mudança entre grande parte do eleitorado - aspirações difusas e quase sempre reduzidas ao vetor negativo, no sentido de rejeitar o velho sem saber que novo colocar em seu lugar. Naquele momento, a Presidente sacou a ideia de plebiscito para levar adiante uma ampla reforma política. No discurso da vitória em outubro último, Dilma trouxe o tema de volta à baila. Com isso, pretende dar alguma satisfação àqueles sentimentos difusos, que na campanha chegaram a flertar com Marina Silva para depois chegarem à conclusão que o novo sempre pode ser pior que o velho.

Reformas políticas são difíceis, entre outras razões, porque os que devem fazê-las se sentem inseguros quanto aos resultados das novas instituições. Os atores aprendem a jogar sob determinadas regras e não têm muita certeza quanto aos efeitos de novas normas; essa incerteza pode gerar inércia. Grande parte da classe política pressiona contra uma ampla reforma nas instituições; a realização de um plebiscito, que tiraria o controle da discussão dos salões modernistas do Congresso, assusta mais ainda. Dilma sabe dessa resistência - e o vice-Presidente não a deixa esquecer - mas insiste na tese. Talvez ela esteja sendo sincera, ciente dos principais problemas que afetam nosso sistema político. Mas talvez esteja usando habilmente a estratégia mais tradicional quando não se deseja aprovar algo no Brasil: dizer que é favorável, mas que a reforma precisa ser ampla e geral, e não concentrada nos pontos mais sensíveis. Esse é o principal caminho para a manutenção do *status quo*. Para fazer a reforma, defende-se uma ampla discussão, a formação de inúmeras comissões, a realização de plebiscitos (que dependem de aprovação do Congresso) e muitos eteceteras.

De reboque, essa estratégia joga para a platéia petista, presa à antiga ideia de que plebiscitos e referendos são o caminho para jogar a pressão popular contra o legislativo, partindo da premissa de que aquela é sempre mais progressista do que este - caminho que levaria a resultados desastrosos se temas como união homoafetiva e pena de morte, por exemplo, fossem decididos na contagem dos milhões de votos do eleitorado. O tratamento de problemas pontuais como as coligações nas eleições proporcionais, as regras de acesso aos recursos públicos (fundo partidário e tempo na TV e rádio), a suplência de senador, as distorções na representação dos estados na Câmara e os mecanismos de financiamento eleitoral já promoveriam um saneamento importante no sistema político brasileiro. Embora tais medidas prescindam de um amplo e irrestrito pacote reformista, tampouco são de fácil aprovação: na medida em que tendem a prejudicar os pequenos e médios partidos, gerarão resistência e possíveis retaliações na votação de projetos de interesse do governo. É o Presidencialismo de Coalizão se debatendo para persistir inalterado.

De qualquer modo, outubro de 2014 parece ter marcado o nascimento de uma nova Dilma Rousseff. Sem experiência política, sem inserção no próprio partido, e sem capital eleitoral próprio, a Presidente foi refém das circunstâncias em seu primeiro mandato. No alvorecer do segundo, dá mostras de que não quer se tornar refém das agitações sucessórias. Entre correia de transmissão passiva do Planalto de um lado, e oposição íntima ao governo de outro, há muitos matizes em que o PT pode se situar, tanto ajudando como prejudicando a Presidente reeleita. Se a luta pelo controle do jogo de 2018 e a avidez por permanecer instalado nos gabinetes acarpetados de Brasília falarem mais alto, levando o partido a minar um governo que ainda pode chamar de seu, o PT estará fazendo metade do trabalho que caberia à oposição, num incômodo (ainda que inconsciente) papel de quinta coluna.

O EMBATE DAS REDES

Sergio Amadeu da Silveira

Professor Adjunto da Universidade Federal do ABC

✉ sergio.amadeu@ufabc.edu

Resumo: O texto analisa o embate político ocorrido nas redes sociais durante as eleições de 2014. Busca afirmar a atualidade da polarização esquerda e direita, principalmente em torno das disputas pela distribuição de riqueza e poder no país. Analisa a política do escândalo, a ascensão e queda da terceira via, os clusters e articulações vinculados às candidaturas do PT e PSDB, o papel das redes para neutralizar a ação do grupo de negócios que controla a Revista Veja. Finaliza propondo uma Constituinte exclusiva para realizar uma reforma política que supere as limitações da democracia representativa.

Palavras-chave: redes digitais; eleições 2014; embate nas redes sociais; constituinte exclusiva.

Abstract: The paper analyzes the political confrontation occurred on social networks during the 2014 elections. It seeks to assert the relevance of the left and right polarization, especially around the disputes over the distribution of wealth and power in the country. It analyzes the political scandal, the rise and fall of the third way, clusters and joints linked to the PT and PSDB candidates, the role of networks to neutralize the action of the business group that controls Veja magazine. It concludes proposing an exclusive Constituent to make a political reform that overcomes the limitations of representative democracy.

Keywords: digital networks; 2014 elections; confrontation on social networks; exclusive constituent.

As eleições de 2014 foram marcadas por grandes imprevistos, reviravoltas e pelo embate tenso nas redes digitais entre forças da direita e da esquerda. Sob comando do marketing, o confronto em torno das políticas de distribuição de renda e sobre a intervenção estatal em diversos segmentos econômicos foi demasiadamente mascarado. Em um primeiro momento da campanha, as forças de direita preferiram atacar as políticas distributivas como “bolsa-esmola” ou como “incentivo à vagabundagem”. Com a aproximação do final do primeiro turno, a percepção dos estrategistas da direita indicava que, para vencer em regiões em que os programas sociais eram fortes, seria

necessário optar pela defesa de programas sociais e pela tentativa de disputar sua paternidade.

Assim, o debate sobre a opção neoliberal de redução do Estado, de corte de impostos e de priorização do fomento ao capital como contraposição à ampliação de políticas distributivas, do fortalecimento de bancos públicos e da ação estatal para gerar um desenvolvimento mais inclusivo e veloz deixou de ser feito de modo claro, pois os especialistas do marketing aconselham o candidato a não se vincular a proposições que pudessem fragilizar a candidatura em determinados segmentos sociais. Nesse sentido, o desenvolvimentismo de centro-esquerda da candidata Dilma Rousseff e o neoliberalismo do candidato Aécio Neves foram atenuados com mensagens que eram voltados ao senso comum. Aécio Neves, no início do primeiro turno, para atrair o empresariado e mostrar uma candidatura sólida, apresentou Armínio Fraga como chefe de sua equipe econômica. Durante o segundo turno, Neves buscou atenuar as propostas de Fraga, pois isso poderia criar dificuldades eleitorais em segmentos vitais para a vitória. Este é um exemplo de mascaramento do embate entre esquerda e direita, que mesmo assim ocorreu no plano simbólico.

O tema da violência foi apresentado claramente pela candidatura da direita, que advogou a redução da maioria penal como solução para a criminalidade. Os levantamentos de opinião indicavam que a maioria da população via o endurecimento da legislação criminal e o aumento da repressão como medidas fundamentais para sua segurança. Nesse ponto, a candidatura de centro-esquerda se omitiu e optou pelo pragmatismo do marketing. Aumentar a população encarcerada não enfrenta nem de longe a violência, nem impede o recrutamento de jovens pelos grupos criminosos. Além disso, o debate sobre a falência da criminalização das drogas não foi posto, exceto de modo pouco eficaz pelo candidato do PV. O dinheiro da

droga alimenta a cadeia de corrupção na polícia, sendo uma grande fonte de recursos para as organizações criminosas que empregam centenas de jovens e permitem a aquisição de armamentos e soluções sofisticadas para a expansão do crime. Infelizmente, nem setores do PSOL, do PT e do PSDB que têm consciência da necessidade de regulamentação das drogas, foram capazes de realizar um pacto para discutir seriamente o tema na campanha presidencial, prevalecendo a hegemonia da direita conservadora, das soluções propugnadas por lideranças retrógradas como Bolsonaro, Feliciano, Everaldo, Malafaia, Coronel Telhada.

Nestas eleições, a candidatura da chamada terceira via não conseguiu se viabilizar. Apesar de Marina Silva afirmar que foi destruída pelo PT nas redes, a observação das mensagens nas redes sociais indica que os clusters ou sub-redes ligadas ao PSDB postaram muito mais mensagens agressivas contra a candidata da Rede de Sustentabilidade do que os aglomerados ligados à candidata Dilma Rousseff. Todavia, a derrota da terceira via se deu ao tentar propor uma imagem de “política que não se preocupa com a política”. Essa “nova política” baseada na crença de uma imagem ou postura acumulou indecisões e omissões sobre como enfrentaria os problemas reais do país. A construção de um programa de terceira via, fora da chave da centro-esquerda e da direita neoliberal, não foi realizada. Assim, o enfraquecimento da candidatura de Marina Silva foi ocorrendo menos pelos ataques e mais pelos sinais de indefinição, omissão e de ligação com um fundamentalismo religioso pouco aceito até mesmo pelas camadas médias paulistas. O momento crucial para a derrota de Marina se deu no Twitter, no dia 30 de agosto, quando o Pastor Malafaia exigiu a mudança do seu programa de governo a respeito do que denominou “causa gay”. Marina em seguida alterou sua proposta. Isso gerou um descolamento imediato de militantes LGBT e, posteriormente de setores de classe média que se identificavam com sua temática ambiental e

com sua figura política. O enfraquecimento de Marina pela esquerda gerou o afastamento do eleitorado de direita que tinha migrado para sua candidatura por acreditar que teria maiores condições de derrotar o PT.

Manuel Castells, no livro *Communication Power*, procurou demonstrar que a personalização da política, o enfraquecimento dos compromissos ideológicos dos partidos, a mercantilização crescente do cotidiano e a espetacularização da programação da mídia de massas reforça o que ele denomina “política do escândalo”. Castells reproduz uma frase de John B. Thompson extremamente apropriada para a compreensão do cenário brasileiro: “*Scandals are struggles over symbolic power in which reputation and trust are at stake*”¹ (p. 240). Desde 2005, a política brasileira vive em torno dos escândalos envolvendo práticas de corrupção no Governo Federal. A junção dos interesses de segmentos do empresariado e de forças políticas conservadoras permitiram traçar uma estratégia para o combate seletivo à corrupção, pois foi direcionada ao espetáculo eleitoral e para a destruição do mais importante partido de esquerda brasileiro, o PT. Durante o embate eleitoral, o candidato Aécio Neves afirmou que, se ninguém do seu arco de alianças foi condenado, ou é porque seus aliados são inocentes ou porque o governo foi omissos no combate à corrupção. Mas ao observar os procedimentos do Ministério Público e do Judiciário, é notório que, na maior parte do tempo, atuam claramente de modo a selecionar para promover a justiça e o reestabelecer o direito violado principalmente integrantes e aliados do PT. Alguns exemplos do protelamento de casos com provas cabais contra as forças de direita são: os acusados do Mensalão (esse efetivamente com pagamentos mensais) de Minas Gerais, os corruptos do Governo do Estado de São Paulo, denunciados pelos corruptores da Siemens; o chefe da sucursal

¹ O trecho pode ser traduzido para: “Escândalos são lutas por poder simbólico em que a reputação e confiança estão em jogo” (Thompson, John B.)

da *Veja* em Brasília, ligado ao criminoso Cachoeira, que não são alvos da mídia de massas e muito menos têm seus processos efetivados.

Diante da perplexidade dos partidos políticos e sindicatos durante as manifestações de junho de 2013, uma série de páginas no Facebook obtiveram um crescimento de milhares de seguidores, impressionados pela força das ruas e cheios de esperança em melhores oportunidades de vida. Aqueles que apostavam no combate à corrupção tiveram adesão massiva, aqueles que propunham combater o governo e os gastos descabidos com a Copa do Mundo também cresceram. Muitas dessas páginas permaneceram ativas e foram alavancadas na disputa eleitoral de 2014. Das 50 maiores autoridades (perfis ou páginas com postagens muito replicadas) de junho de 2013, apenas 2 não se alinharam contra a candidatura de Dilma Rousseff: Mídia Ninja e Passe Livre. Por exemplo, o MCC (Movimento Contra a Corrupção) tem preferência óbvia pelo combate apenas às denúncias de corrupção nas gestões do PT. A página do OCC (Organização de Combate à Corrupção) ataca exclusivamente as gestões de Lula e Dilma e possui várias postagens defendendo Jair Bolsonaro e a intervenção militar. Se a campanha eleitoral de Dilma Rousseff contou com os “blogueiros progressistas” nas redes sociais, Aécio contou com dezenas de páginas ativas que somavam mais de 10 milhões de fãs no Facebook. Nesse confronto, que se deu principalmente pelo compartilhamento de *memes*, a candidata de esquerda foi atacada pessoalmente e de modo preconceituoso. Nas redes, Aécio recebeu bem mais ataques políticos que pessoais.

A Internet, as redes sociais e o *WhatsApp* tiveram papel decisivo para enfrentar a já conhecida articulação do Grupo Abril e seu porta-voz para negócios políticos, a *Veja*. Esta publicação, lançada aos sábados, teve sua edição antecipada para a quinta-feira com o objetivo de mudar o rumo da eleição para beneficiar a candidatura neoliberal. Os votos de indecisos que a

Veja arrancou com uma matéria baseada na articulação de setores ligados ao PSDB dentro da Polícia Federal e das instituições de Justiça, foram contrabalanceados, em menor número, pelos votos do eleitorado mais à esquerda que não iriam votar no PT, mas que sentiram a necessidade de combater a onda golpista encarnada pela *Veja*.

Nos últimos dias do segundo turno de uma eleição que indicava ser decidida por uma pequena margem de votos, seja para um lado ou para o outro, a falta de transparência e de auditabilidade plena do processo eleitoral, a impossibilidade de recontagem física dos votos coletados, levantavam suspeitas da lisura das empresas privadas que trabalham para o TSE e garantem o funcionamento das urnas eletrônicas. O fato de não existir a impressão simultânea do voto e de os códigos-fonte de todos os softwares utilizados no processo não poderem ser auditados pelo menos 12 meses antes das eleições, cria tensões desnecessárias e uma desconfiança que em situações mais delicadas coloca em risco a legitimidade do processo eleitoral. As universidades precisam entrar nesse debate, uma vez que os partidos são frágeis diante da Justiça Eleitoral e das empresas que têm interesse em manter as soluções que venderam para o processo atual.

Por fim, o que sai das urnas é um Congresso extremamente conservador, com o crescimento das bancadas ruralistas, de militares e de fundamentalistas religiosos. Isso traz complicações para continuar as mudanças que foram sendo construídas no país no sentido de garantir liberdades fundamentais, ampliação da cidadania e maior distribuição de renda, riqueza e poder. A democracia direta é inviável, mas a democracia representativa é insuficiente. Precisamos arejar o Poder Legislativo e conquistar espaços para a deliberação e a participação dos segmentos sociais afetados por uma proposição legislativa. Temos possibilidade de utilizar as tecnologias da informação e comunicação para construir uma democracia

interativa, que, como no Marco Civil da Internet, possa reunir as contribuições da sociedade. Ocorre que as forças conservadoras se articulam para impedir a participação das pessoas na política. Precisamos transformar os 7,8 milhões de votos coletados no Plebiscito por uma Constituinte Exclusiva em força viva nas redes e nas ruas. Será necessário buscarmos uma reforma política que vá além do fim do financiamento de campanha pelas corporações, mas que avance na construção de novos canais de participação dos cidadãos no poder. Como bem apontou Amy Gutmann, a "maior de todas as liberdades que uma pessoa possui, em relação a um vasto domínio de escolhas, é a liberdade de deliberar e decidir questões políticas de forma consistente com uma liberdade igual de cada um dos adultos da sociedade de que se é membro" (p.31, 1995).

Referências

- ANKERSMIT, F. *Political Representation*. Stanford: Stanford University Press, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *Communication Power*. New York: Oxford University Press, 2009.
- GUTMANN, Amy. A desarmonia da democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n.36, p.5-37, 1995.
- KATZ, Richard; MAIR, Peter. The Cartel Party Thesis: A Restatement. *Perspectives on Politics*, Cambridge, v.7, n.4, dez. 2009.

SUICÍDIO E HOMICÍDIO – TENDÊNCIAS HISTÓRICAS NA FREQUÊNCIA DE SEU USO EM LIVROS EM INGLÊS E FRANCÊS

Gláucio Ary Dillon Soares

Pesquisador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

✉ soares.glaucio@gmail.com

Fernanda Novaes Cruz

Mestranda da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

✉ fernandanovaescruz@gmail.com

Resumo: O presente artigo, ao analisar a frequência de uso das palavras *suicídio* e *homicídio* de 1800 à 2000, trata das tendências históricas do uso dessas palavras em livros escritos em inglês e francês. Utiliza-se um banco de dados liberado pelo Google, o Google Books, com mais de 30 milhões de títulos até o ano passado, usando o instrumento de análise e apresentação verbal, o NGram também disponibilizado pela Google através da internet.

Palavras-chave: Google Books; Google NGram; Suicídio; Homicídio.

Abstract: The present article by analyzing the frequency of usage of the words *suicide* and *homicide* from 1800 to 2000, deals with the historical tendencies of their usage in books written in English and French. It uses a database released by Google, Google Books, with over 30 million titles until last year, using the analysis tool and verbal presentation, the Ngram also available from Google over the internet.

Keywords: Google Books; Google NGram; Suicide; Homicide.

A Google desenvolveu um projeto, chamado de *Google Books*, que se propôs a escanear 130 milhões de livros que haviam sido publicados no mundo, de acordo com um engenheiro do projeto. Os livros foram escritos em 480 idiomas. Escaneariam tantos quanto possível. Aproveitaram janelas de oportunidades – quando importantes bibliotecas permitiram que técnicos da

Google digitalizassem seus livros, montando dentro dessas bibliotecas um equipamento de escaneamento ultrarrápido. Não são universos, nem amostras aleatórias dos livros publicados neste ou naquele idioma. Há vieses intuitivos: tanto mais central o idioma, maior a facilidade em encontrar os livros. As codificações desses livros em alguns idiomas constituem os *corpora* que contêm as informações necessárias para as análises que realizamos. Infelizmente, ainda não há, disponível, um *corpus* em Português.

Para explorar o material digitalizado, a Google criou e disponibilizou uma ferramenta de busca do conteúdo dos livros, o *Google NGram*. Uma das definições formais de n-gram é incompreensível para leigos: “uma sequência de caracteres variáveis que compõem uma palavra ou conjunto de palavras em um *corpus*.” O “n” do n-gram é o número de dígitos – Freud, por exemplo, é um 5-grams (tem cinco caracteres, no caso, letras); Mahler é um 6-grams.

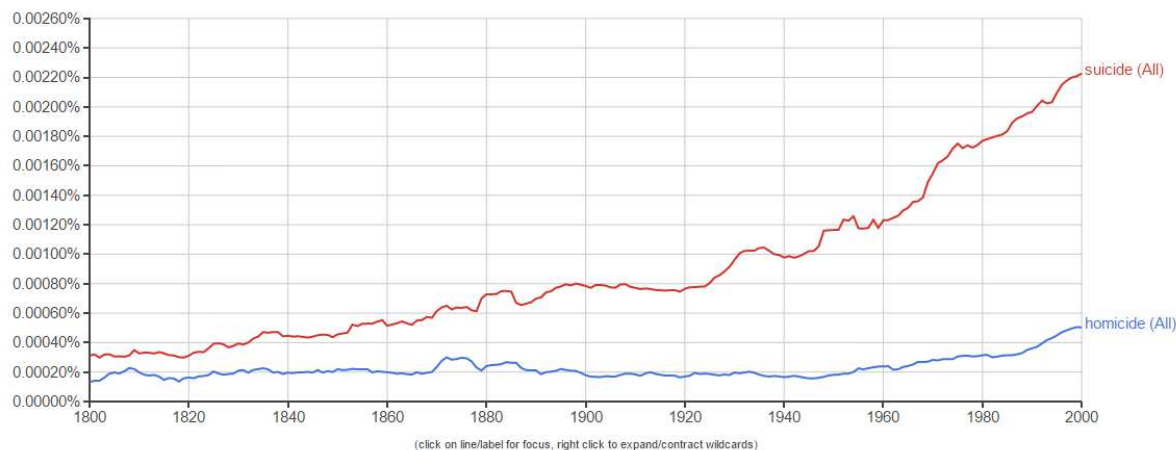
E, depois de contar todos os 5-grams de Freud num *corpus* (no caso, todos os livros publicados e digitalizados em um idioma, por exemplo, em alemão, mas poderiam ser outros *corpora*, baseados em outros idiomas, ou um conjunto de artigos sobre psicanálise, ou em livros de texto sobre psicologia etc.), qual é a base usada como denominador? No caso de Freud, são todos os 5-grams num *corpus* e no de Mahler, conhecido compositor, todos os 6-grams. Dando um exemplo de “ABCDEF”, apenas um 6-gram é possível (ABCDEF), mas os 5-grams são dois (ABCDE e BCDEF), sempre numa única direção. Assim, quando dizemos que o 6-gram de Mahler em 1921 foi 0,000026, significa que o número das vezes em que a palavra Mahler (uma 6-gram) foi encontrada foi dividido pelo total de sequências de seis caracteres (ou 6-grams) no mesmo *corpus*, no caso o total dos livros publicados no mesmo ano, 1921, em alemão (e que foram escaneados, obviamente).

É possível comparar tendências em diferentes *corpora*: Soares (2013) usou cinco *corpora* (Alemão, Espanhol, Francês, Inglês e Italiano) para

demonstrar a semelhança do percurso seguido pelo Marxismo nos livros. No presente artigo, utilizamos dois *corpora* (Inglês e Francês) para identificar como o suicídio e o homicídio aparecem ao longo da série temporal de 1880 até 2008. Utilizamos também, um recurso comum aos pesquisadores que usam dados temporais: médias móveis trienais para suavizar picos e baixas que dificultam a visualização. É procedimento padrão entre economistas.

Análise dos dados:

Figura 1: Referências às palavras “suicide” ou “homicide” (Inglês) de 1800 a 2000



Fonte: Autores

Figura 2: Referências às palavras “suicide” ou “homicide” (Francês) de 1800 a 2000



Fonte: Autores

Os dados apontam para o crescimento das referências ao suicídio, tanto para o Inglês, quanto para o Francês. Enquanto as referências ao homicídio se mantiveram estáveis ao longo da série temporal nas publicações em Inglês, em Francês as referências caem entre 1840 e 1920. A partir de 1980 as referências ao homicídio voltam a crescer, tanto em Inglês, quanto em Francês.

Segundo Bertolote (2012), até meados do século XVII o suicídio permaneceu como tema de interesse predominantemente teológico, religioso e filosófico, passando então a atrair o interesse dos médicos. Hoje em dia, o tema se tornou interesse de outras áreas como a Psicologia, Antropologia, Psicanálise entre outras. Segundo um levantamento realizado pelo historiador George Minois, em 1995, a partir do século XIX foram escritas mais de 5 mil obras sobre o suicídio apenas em alemão, francês em inglês. A expansão da internet permitiu ter acesso a muito mais informações nessas duas décadas, e em 09/11/2014 a palavra “suicide” produziu 1.830.000 textos. Em concordância com os apontamentos de Bertolote e o levantamento de Minois, os dados do *NGram* apontam crescimento vertiginoso da temática do suicídio ao longo do século XIX. Passando para o campo da sociologia, verificamos que o suicídio foi tema de interesse de dois sociólogos muito influentes, Karl Marx e Émile Durkheim. Marx publicou o ensaio “Sobre o suicídio” em 1846, que teve muito menos impacto do que seus escritos políticos e econômicos, e Durkheim publicou um dos trabalhos mais importantes para sua carreira “O suicídio” em 1897. Embora talvez seja o trabalho mais conhecido no Brasil, há outros que também marcaram época, como Morselli, em 1879, Guerry e colaboradores já em 1833, sessenta e quatro anos antes de Durkheim e, claro, T. G. Masaryk, com seu clássico *Suicide and the Meaning of Civilization*.

Buscando situar o contexto idiomático dessas obras em nosso gráfico, lembramos que o ensaio de Marx foi inicialmente publicado em Alemão, e o de Durkheim em Francês. No ano imediato ao da publicação não houve um

aumento sensível nas referências ao suicídio, mas na década seguinte às duas publicações foi notável o crescimento. Os dados que temos não são exatos e confiáveis para comprovar essa hipótese, restando-nos, apenas, hipotetizar que esses livros podem ter influenciado muitos escritos posteriores.

A linha de “homicídio” decai no *corpus* francês a partir de meados do século XIX e se mantém em queda até meados do século XX. As referências ao suicídio são parecidas às do idioma Inglês durante toda a análise temporal. Somente a partir de 1980 a produção em Inglês passou a dar mais atenção para o homicídio, tendência que observamos em ambos idiomas. Esses dados refletem a realidade? A produção de livros sobre determinado assunto acompanha o desempenho do assunto no mundo real? Os dados não permitem uma leitura causal, mas a causalidade por ser lida a partir de qualquer dos termos da equação: a produção literária sobre o suicídio estimula o suicídio ou simplesmente o reflete?

Essas são, apenas, um exemplo do número infinito de perguntas que o manuseio dos dados do projeto *Google Books*, uma fonte valiosa de informações para os que desejam analisar as relações entre a literatura e a sociedade.

Referências

- SOARES, Gláucio A. D. Ascensão e Queda do Marxismo – Os Dados que Saem dos Livros. *Insight Inteligência*, Ano: XV - 1º trimestre, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.insightinteligencia.com.br/59/PDFs/pdf3.pdf>>
- BERTOLETE, José Manoel. *O Suicídio e sua prevenção*. São Paulo: UNESP, 2012.
- MINOIS, Georges. *Histoire du suicide: La société occidentale face à la mort volontaire*. Paris: Fayard, 1995.
- MORSLI, E., *Il suicidio: saggio di statistica morale comparata*. Milão: Fratelli Dumolard, 1879.
- GUERRY, A.M; LACROIX, SF.; SILVESTRE, A.F. *Essai sur la Statistique Morale de la France*. Paris: Crochard. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=u3nro2gPONQC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>

O LEGISLATIVO BRASILEIRO: FUNCIONAMENTO, COMPOSIÇÃO E OPINIÃO PÚBLICA

Vinicius de Lara Ribas

Mestrando da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

✉ viniciusdelararibas@gmail.com

O livro organizado por Rachel Meneguello – *O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública* –, publicado pela editora do Senado Federal, em 2012, reúne análises criteriosas e instigantes sobre o parlamento brasileiro em três eixos centrais: a percepção e opinião pública sobre o legislativo, a construção das carreiras políticas dos legisladores brasileiros e, por fim, o próprio funcionamento das Casas nos três âmbitos da federação brasileira. O trabalho abrange, deste modo, a percepção dos cidadãos quanto ao poder legislativo, ao mesmo tempo em que colabora para a ampliação do campo de estudo sobre o bom funcionamento das instituições poliárquicas, no tocante às dinâmicas internas das câmaras, como migração partidária e carreira dos legisladores.

A obra inicia com o capítulo da organizadora, Rachel Meneguello, recuperando dados em uma análise da opinião pública sobre o parlamento brasileiro. O interessante, em sua proposta, consiste no recorte temporal por ela delimitado: o artigo faz um estudo dos últimos 50 anos de parlamento e deste modo, abarca desde o primeiro período democrático brasileiro, marcado pelo pluripartidarismo, passando pelo sistema bipartidário do regime militar, pela transição e chega-nos até os dados atuais.

Ainda que o primeiro período de democracia fosse o leito de líderes populistas, com caráter personalista, o que impediu até certo ponto a institucionalização dos partidos, Meneguello aponta que, até 1962, 43% dos residentes em Brasília consideravam a atuação do parlamento boa. Este índice, no entanto, não é analisado isoladamente. A autora o compara com dados de anos anteriores, o que permite aferir que havia uma tendência de consolidação do sistema, em virtude da crescente adesão e identificação com os partidos.

O período militar se traduz em uma lógica na qual “coexistem mecanismos formais da democracia representativa, que sobrevivem sob a forma tutelada, e práticas autoritárias, especialmente nos considerados ‘anos de chumbo’, marcados pela extrema repressão do Estado sobre setores da sociedade civil.” (p. 19). Para sua análise, Meneguello ressalta a cautela quanto aos dados históricos, tendo em vista os métodos utilizados para a coleta destes, principalmente nos anos mais duros da ditadura, de 1968 a 1974. Em 1970, por exemplo, os dados informam que cerca de 80% dos residentes do Rio de Janeiro consideravam o Congresso como o promotor das soluções para o país, dado este, para a autora, discutível, em virtude da prudência da opinião pública quanto ao regime. A partir de 1985, com o primeiro governo civil, Meneguello defende que os dados revelam a desconfiança e baixa institucionalização democrática. Parte da desconfiança, já registrada por Moisés (1995), continua nos anos 2000, em que os cidadãos não acreditam nas instituições e têm uma visão demasiado negativa da atuação do Congresso.

O capítulo de Meneguello, ao reunir três sistemas partidários brasileiros distintos (cada qual com suas inúmeras especificidades), nos mostra o valor da opinião pública no regime de governo: na República de 1946, na medida em que avançava a competição política com eleições periódicas, mas incertas quanto ao resultado, avançava também a confiança no parlamento. Este avanço foi interrompido com o golpe militar, pois ainda que os dados do

período dos anos de chumbo apontem um grau de confiança altíssimo – 80% em 1970 –, pouco depois, com o início da transição, o número foi caindo. Desde o início dos anos 1990, a confiança no Congresso não ultrapassa a marca de 24% dos cidadãos.

O segundo capítulo, de Fernando Azevedo e Vera Chaia, também observa aspectos da opinião pública. Trata-se de um estudo comparado dos editoriais referentes ao Senado da “Folha de São Paulo” e “O Estado de S. Paulo”, entre 2003 e 2004. Os autores demonstram, com a relação entre jornalismo e política, a imagem que os jornais produzem, tendo como eixos principais a infidelidade partidária e o fisiologismo e baixa ideologização dos partidos, construindo assim uma imagem deslegitimadora e negativa do Congresso. Para os autores, o *Estadão* revela um caráter mais conservador que a *Folha*. Entretanto, no tocante ao que veiculam sobre o legislativo, ambos reproduzem uma visão negativa que salienta aspectos como “absenteísmo e troca-troca partidário” em detrimento de projetos de lei e discussões mais relevantes.

O capítulo seguinte, de Maria Tereza Kerbauy, explora a dinâmica de algo ainda pouco estudado na Ciência Política contemporânea: o funcionamento das Câmaras Municipais. A autora salienta que as Câmaras mantêm algumas de suas características seculares, descritas no trabalho seminal de Leal (1997 [1948]), principalmente sua dependência dos outros poderes e esferas da União. O capítulo de Kerbauy insiste, entretanto, na defesa de uma agenda em Ciência Política sobre o poder legislativo municipal, pouco explorado e, por isto, muito difícil de ser compreendido.

Fátima Anastasia, Izabela Correa e Felipe Nunes analisam as carreiras dos deputados de três Assembleias Legislativas (Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), relacionando-as com a ascendência a deputado federal. A pesquisa demonstra a semelhança das carreiras parlamentares nestes dois

níveis. O parlamento é composto em sua maioria por homens, advogados, médicos ou administradores, portanto, representantes de uma sociedade muito diferente da qual estão inseridos. Os dados revelam também que a maioria dos deputados não se elege pelos seus próprios votos, mas beneficia-se do mecanismo de transferência. Para os autores, o problema seria sanado com um sistema de votação em lista fechada, com prévias em lista aberta, semelhante ao Uruguai.

O capítulo seguinte fica a cargo de Fabiano Santos. Seu trabalho possui dois vieses distintos: primeiramente, o autor se propõe a analisar como a relação presidencialismo, federalismo e sistema proporcional de lista aberta estruturam as carreiras políticas no país. Para isto, Santos compara as Assembleias Legislativas de todos os estados e constata que o alto grau de candidatos ao cargo de deputado estadual é consequência de um sistema partidário fragmentado e, quanto maior a fragmentação deste sistema ao nível estadual, menor o controle das lideranças políticas na seleção das candidaturas, o que as aumenta em número considerável.

A segunda parte do trabalho se propõe a examinar como este sistema de oportunidades e muitas candidaturas para as instituições políticas estaduais produzem alguns efeitos sobre as decisões em âmbito estadual. Para tal, Santos focaliza-se nas Assembleias do Rio de Janeiro e Santa Catarina e conclui que o exercício da *accountability*, fundamental para a democratização dos processos decisórios no Legislativo, se dá no Rio de Janeiro de duas formas: no interior da Assembleia e no posicionamento claro de apoio ou oposição ao governador. Em Santa Catarina, o cenário muda consideravelmente: a atividade do Legislativo estrutura-se exclusivamente em torno do Executivo, que dá o tom da agenda e por consequência a organização dos deputados.

No capítulo final, André Marengo analisa um assunto conhecido na mídia como “troca-troca partidário” ou a “dança das cadeiras no Congresso”, tratado como um aspecto do fisiologismo presente nos legisladores, que buscam o benefício próprio, em detrimento ao partido em que estão inseridos e no qual são totalmente desapegados. Para Marengo, entretanto, a troca entre partidos pode não ser um bom negócio. Seu trabalho prova que os deputados que mudam de partido têm menos chance de se reelegerem, obtendo menos votos nas eleições seguintes e, passados dois pleitos, o pior desempenho. Isto porque, como demonstrou o capítulo de Anastasia, Correa e Nunes, os deputados, em sua maioria, não se elegem apenas com seus votos, precisando também da distribuição dos votos pelo partido para que atinjam o mínimo necessário.

A troca de partido também se relaciona com a volatilidade eleitoral nos estados. Onde esta é baixa, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a mudança partidária também é mínima, tendo em vista que o eleitorado se identifica com siglas e pune o político que troca de uma para outra. Onde a volatilidade é mais expressiva, o grau de mudança é maior, afinal, o eleitor parece não se preocupar ou não se identificar com nenhum partido, o que, para Marengo, produz um efeito duplo e vicioso: incentivam-se as migrações ao mesmo tempo em que se aumenta o custo das informações partidárias, criando barreiras para que estes eleitores entendam as diferenças entre os partidos brasileiros.

O livro como um todo possui dois atributos positivos: contribui para o debate sobre o legislativo em questões já estudadas, dando um novo foco e colaborando com pontos ainda obscuros da literatura, como os capítulos de Fabiano Santos e André Marengo, bem como para os estudos sobre opinião pública do legislativo, a cargo dos trabalhos de Meneguello, Fernando Azevedo e Vera Chaya. A segunda virtude da obra é colaborar com

a construção de novos temas de pesquisa em âmbito legislativo. O trabalho de Maria Kerbauy analisa as Câmaras Municipais e explora pontos que precisam ser estudados mais profundamente. Anastasia, Correa e Nunes se debruçaram sobre o perfil das carreiras no pós-88 e concluem que estas são parecidas tanto nos estados quanto ao nível federal. Sem esgotar os assuntos, os capítulos deixam também temas para uma agenda de pesquisa futura, como a questão do recrutamento e seleção dos candidatos que, mostram os autores, não se relaciona com a militância e participação no interior dos partidos, bem como um vasto campo para ser explorado, no tocante as Câmaras de Vereadores e o poder Legislativo ao nível subnacional.

Referências

- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997 [1ª. ed. 1948].
- MENEGUELLO, Rachel (org.). *O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública*. Brasília: Senado Federal, 2012.
- MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Fernanda Novaes Cruz é mestranda no Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e é graduanda em Comunicação Social, com ênfase em Rádio e TV, pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalha atualmente no Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ) na pesquisa: "Suicídio na Polícia Militar" coordenada pela Dra. Dayse Miranda.

Gláucio Dilon Soares possui mestrado em Direito na Tulane University e doutorado em Sociologia pela Washington University , EUA. Atualmente é pesquisador sênior Nacional do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Heloisa Dias Bezerra é mestre e doutora em Ciência Política pelo antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Atualmente é professora e pesquisadora na Universidade Federal de Goiás, atuando na Faculdade de Ciências Sociais, membro do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, ambos na Universidade Federal de Goiás. Em setembro de 2014, a convite, assumiu a chefia do Departamento de Ciências Sociais da UNIRIO.

Pedro Floriano Ribeiro é doutor em Ciência Política e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, onde coordena o Centro de Estudos de Partidos Políticos, com financiamento da FAPESP. Foi o vencedor do Prêmio CAPES de Teses 2009, e em 2014 recebeu da Associação Brasileira de Ciência Política o Prêmio Olavo Brasil de Lima Jr. Realizou doutorado sanduíche na Universidade de Salamanca (doutorado-sanduíche), e atuou também como professor da Universidade Federal de Goiás.

Rudá Guedes Moises Salerno Ricci possui mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é Diretor Geral do Instituto Cultiva e professor do mestrado em Direito e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior Dom Helder Câmara, Avaliador de programas de Desenvolvimento Sustentável e colunista Político da Band News.

Sérgio Amadeu da Silveira é mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. É professor adjunto da Universidade Federal do ABC e integra o Comitê Científico Deliberativo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura. Pesquisa as relações entre comunicação e tecnologia, sociedades de controle e privacidade, práticas colaborativas na Internet e a teoria da propriedade dos bens imateriais.

Vinicius de Lara Ribas é mestrando em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com bolsa da CAPES. Recebeu bolsa de estudos no curso de curta duração *Contemporary Topics in Public Administration*, ofertado pela University of La Verne, Califórnia, USA, para o período de julho de 2014.